

Amec pede análise de operação da Oi e Portugal Telecom

Mariana durão | Agência Estado

Pouco mais de dois meses após seu anúncio, a união entre Oi e Portugal Telecom começa a ser posta em xeque. A Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) encaminhou nesta quinta-feira, 12, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e ao Ministério Público Federal uma carta em que pede a análise minuciosa do negócio. Para os acionistas, o modo como a operação foi estruturada levará à diluição injustificada dos minoritários e trará benefícios particulares aos controladores da companhia.

Os principais pontos questionados são a assunção pela Portugal Telecom da dívida de R\$ 4,5 bilhões dos controladores, grupo que inclui o BNDES, fundos de pensão, Andrade Gutierrez e La Fonte. Na análise da Amec, essa absorção será compensada por uma avaliação mais elevada dos

ativos da companhia portuguesa que estão sendo integralizados na reestruturação.

A Oi fará um aumento de capital de até R\$ 14,1 bilhões com ativos da Portugal Telecom. Parte disso será subscrita em dinheiro e outros R\$ 6,1 bilhões em bens da acionista portuguesa, avaliação que para a entidade leva em conta um múltiplo muito superior ao de mercado. Além disso, a dívida dos controladores será incorporada à Oi de forma indireta. "Enviamos a carta para pedir que a operação seja analisada na sua essência e que sejam envidados esforços para evitar uma transferência de valor dos minoritários para os controladores", disse Mauro Cunha, presidente da Amec, ressaltando que não se trata de uma reclamação formal. Para ele, CVM e MPF devem analisar a operação levando em conta o histórico da Oi.

Representante de 62 investidores com mandato para investir R\$ 500 bilhões, a entidade poucas vezes se manifesta de forma nominal em brigas de acionistas, mas decidiu entrar no circuito por considerar que desde a privatização da Brasil Telecom, o resultado das operações societárias empreendidas pela Oi foi um só: "a captura, pelos acionistas controladores, de benefícios indevidos, às custas da companhia e dos demais acionistas". "Tão importante quanto o prejuízo que está sendo imputado aos minoritários da Oi é o impacto que a aprovação dessa operação pode ter no mercado de capitais", diz Cunha. O executivo se mostra esperançoso de que a xerife do mercado e o Ministério Público atuem para proteger a coletividade no caso.